

PARECER Nº 0005/2025

ASSUNTO: ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú

RELATOR: Valéria Paz Arend Rosa, Wilson Vieira Filho, Sarah Moura Machado Severino

I - RELATÓRIO

Segue análise e parecer solicitados ao Conselho Municipal de Educação pela Secretaria de Educação de Balneário Camboriú sobre os cadernos “Orientações Pedagógicas - Escola em tempo Integral - Educação Infantil”; e “Orientações Pedagógicas - Escola em tempo Integral - Anos Iniciais” para a implementação do Programa Educação Integral em tempo integral de Balneário Camboriú.

II - ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

1- DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Indicações:

Alterar o termo “Escola em tempo integral” em todo o documento, visando tornar padrão, pelo entendimento dos conceitos, para “Orientações pedagógicas – **Pré-escola integral em tempo integral** – Educação Infantil”, compreendendo a educação integral indicada pelo conceito dos sujeitos em formação integral, e na mesma direção, na defesa por uma formação omnilateral, que supere o modelo de formação unilateral do sujeito. Além de deixar claro desde o título que as orientações referem-se especificamente à Pré-escola, e não a toda Educação infantil (0 - 5a e 11m). - Caso haja a ideia de se ampliar para a creche (0-3), sugere-se a criação de novo documento com novas orientações específicas para a faixa-etária.

Acrescentar, à ficha técnica, os créditos à equipe da 1ª versão do documento, que foi escrito e aprovado por ambos colegiados, em tempo de transição do governo municipal, como parte da filosofia do município histórico-cultural, que considera os contextos históricos e culturais dos indivíduos, e assim, dos registros que os representam. Assim, indica-se acrescer à ficha técnica:

Créditos Institucionais e Ficha Técnica – 1ª Versão

Ano: 2024

Responsáveis:

Elisabete de Almeida Souza

Secretária Municipal de Educação

Daguimar Romana Maciel Lorenzetti

Departamento de Educação Infantil

Equipe Técnica:

Valéria Paz Arend Rosa

Especialista, Secretaria de Educação de Balneário Camboriú

Sara Correa Santos Ferreira

Consultora Pedagógica, Secretaria de Educação de Balneário Camboriú

Na apresentação do documento (p.4) consta, no primeiro parágrafo, “Caderno de Orientações Pedagógicas para o Ensino Fundamental” – Indica-se fazer a alteração para “educação infantil”, conforme indicação do título já transformado para “Orientações pedagógicas para a Pré-escola integral em tempo integral da Educação Infantil”. No mesmo parágrafo - padronizar o termo Escola integral em tempo integral, onde consta: “visando à implementação do Programa Federal Escola de Tempo Integral”.

Onde lê-se: (p.4) “O documento apresenta orientações para a Educação Infantil em Tempo Integral (pré- escola - crianças de 4 e 5 anos), que, além de assegurar os direitos de aprendizagem em cada um dos campos de experiência, inclui atividades e projetos complementares que compõem a parte diversificada do currículo escolar”, indica-se transformar o parágrafo de modo a registrar as escolhas pedagógicas da Rede Municipal de Balneário Camboriú, desde a produção da Proposta Curricular (Balneário Camboriú, 2021): “O documento apresenta orientações para a pré-escola integral em tempo integral, que além de assegurar os princípios éticos, políticos e estéticos, os direitos de aprendizagem e os campos de experiência, inclui as vivências e experiências que deverão ser asseguradas no período de contraturno da jornada em tempo integral.

Na sequência do parágrafo (p.4), lê-se “Essa nova organização busca reestruturar o trabalho pedagógico, assegurando a qualidade da aprendizagem das crianças por meio de

direcionamentos comuns às escolas da rede municipal vinculadas ao Programa Escola em Tempo Integral”. Percebe-se aqui a necessidade de registrar o entendimento sobre as especificidades de cada unidade escolar e das necessidades do seu território. Para tal, indica-se: “A organização, no que diz respeito à Pré-escola integral em tempo integral, busca reestruturar/ressignificar o trabalho pedagógico, por meio das orientações gerais que atendam as necessidades e especificidades de cada instituição de educação infantil (4 - 5 anos) e permitam a autonomia de cada instituição, na escolha das vivências de contraturno, levando em conta os documentos oficiais no que tange a educação infantil, e os documentos de aporte legal da escola integral em tempo integral”.

Desta forma, indica-se suprimir o parágrafo que segue, que não diz respeito às escolhas das documentações da educação infantil (alinhando direitos à objetivos de aprendizagem) e registra tão somente a ampliação do tempo e do espaço, o que não comunga com o aporte legal e conceitos relativos à educação infantil/integral. (~~A organização da Escola em Tempo Integral da Educação Infantil foi elaborada com o objetivo de alinhar os direitos de aprendizagem previstos em leis e normativas educacionais vigentes aos objetivos estabelecidos nas normativas municipais, estaduais e nacionais. Esse alinhamento se efetiva nas escolas com a ampliação do tempo e espaço escolar e o respeito ao tempo necessário para os processos formativos das crianças.~~)

1 - IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL (p.5)

Onde lê-se: “A escola em tempo integral é uma modalidade de ensino que visa ampliar o tempo de permanência do estudante na escola, proporcionando uma formação integral que abrange os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais”. Indica-se transformar, no sentido de registrar o conceito e o motivo pela formação do sujeito integral, e não somente pela ampliação da jornada de tempo: “A escola integral em tempo integral é uma proposta pedagógica que visa a formação integral dos sujeitos (da criança), que abrange os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais, e que para tanto, também necessita de uma jornada de tempo maior, possibilitando assim, maior tempo para experimentações, pesquisas, vivências, e também experiências sensoriais, considerando o corpo desse sujeito que sente, toca, produz, faz, vivencia, investiga, imagina, observa... Fala-se assim, da inteireza desse ser. ”

Em Balneário Camboriú, a implementação da escola em tempo integral está em consonância com a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), determinando a ampliação progressiva da oferta de educação em tempo integral. **INDICA-SE INCLUIR:** “e com o DECRETO Nº 11.656, de 08 de abril de 2024, que dispõe sobre a implantação da Política Pública Municipal da Escola com Educação em Tempo Integral nas Unidades

Escolares da Educação Básica da Rede Pública Regular Municipal de Ensino de Balneário Camboriú, e dá outras providências”.

No parágrafo que trata da meta estabelecida no PNE (p.5), em nível nacional, para alunos matriculados em tempo integral, cabe incluir a meta do município de Balneário Camboriú em seu PME(2015), que ampliou o desafio: **Já o Plano Municipal de Educação de Balneário Camboriú, regulamentado pela Lei n.º 3862, de 2015, estabeleceu como meta “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano”.** (Ainda que o documento cite o PME e sua implementação, suprimiu-se a sua meta).

Onde lê-se: “No município de Balneário Camboriú, a adoção do ensino em tempo integral tem como foco o fortalecimento do aprendizado e o desenvolvimento de atividades complementares, como esportes, artes, cultura e tecnologia. Além disso, o modelo busca atender às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade social, oferecendo suporte educacional e alimentar ampliado para as crianças”, indica-se alterar para: “No município de Balneário Camboriú, a adoção do ensino em tempo integral tem como foco a formação integral do sujeito e a vivência em diferentes linguagens, culturais, artísticas, esportivas, ecológicas, científicas, tecnológicas e sociais. Além disso, a proposta busca contemplar e assegurar os direitos de aprendizagem das crianças, neste caso, as de 4 e 5 anos.”

Ainda na pág.5, onde lê-se; “A implementação foi baseada em um planejamento estratégico que envolve:

Reorganização curricular, integrando componentes obrigatórios e atividades extracurriculares.”, indica-se suprimir, já que não diz respeito à educação infantil. Sobre Currículo para a educação infantil, as DCNEI (Brasil, 2012, p.12) indicam: “Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade”, no sentido de não termos uma listagem curricular a ser reestruturada.

Onde lê-se: “Com essas medidas, Balneário Camboriú busca consolidar a escola em tempo integral como uma ferramenta de transformação social e educacional, promovendo o desenvolvimento pleno de seus estudantes e o fortalecimento da cidadania”. Indica-se transformar para: “ Com essas medidas, Balneário Camboriú busca o desenvolvimento pleno das crianças/estudantes, considerando não apenas o aspecto cognitivo, mas também as dimensões social, emocional, cultural e ética. Essa proposta busca ampliar o tempo de permanência dos

alunos na instituição escolar para oferecer uma formação mais completa, e no caso da pré-escola, que precisa ser pensada para a infância e com a infância.

3.2 - Atividades complementares de ampliação da jornada escolar (p.9)

“Dessa forma, a organização da educação em tempo integral na educação infantil se dará por turmas regulares de Jardim I (4 - 5 anos) e Jardim II (5 - 6 anos), que terão em seu currículo as atividades de educação física e musical, e vivências de imersão em período parcial, permanecendo as crianças em jornadas entre 2 e 4h diárias”.

A organização da jornada descrita no parágrafo acima relacionado confere à criança o tempo de permanência entre 2 e 4h nas vivências de imersão, entendidas aqui como as atividades desenvolvidas no contraturno. Porém, ao descrever a jornada de permanência no item “4.3 - Sugestão de Horário (p.20)”, expõe-se a entrada a partir das 7h e saída até 17:45h, compreendendo um tempo de até 10h45min de permanência da criança. Subentendendo-se que a criança permaneceu 6h na turma regular e outras 4h na vivência de contraturno, com que profissional e em qual atividade a criança estará no tempo restante? Vale destacar que o próprio Programa de Educação Integral entende que a jornada em tempo integral deva ter entre 7h(mínimo) e 9h, no máximo. Assim, sugere-se, para assegurar à criança tempo suficiente para também conviver com os seus familiares, e otimizar ainda o tempo de preparação dos espaços pelas profissionais para receber a criança e assegurar a sua hora-atividade para estudo, planejamento e registro, que as crianças iniciem sua jornada às 7:30h e a conclua até 17:30h, assegurando desta forma, que a criança permaneça em turno regular por 5h (7:30h-12:30h), período destinado a descanso e transição de espaços de 1h (12:30h-13:30h), e vivência de imersão do contraturno de outras 4h(13:30h-17:30h). Seria, desta forma, uma diferença de 45min na permanência da criança, mas que faria muita diferença para organização dos espaços e das formações em serviço, permanecendo assim, a criança por 9h em vivências ativas e considerando ainda 1h de seu descanso entre um turno e outro.

3.1.1 - Vivências relacionadas a formação do sujeito ecológico (p.10)

Revisão ortográfica: “Desenvolvendo o compromisso com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e se **prática**”. – Retirar o acento agudo – pratica.

No Quadro 1, é possível observar as habilidades contidas na BNCC, para este nível de ensino “**realcionadas**” a esta vivência – relacionadas.

Sobre os quadros que se referem aos indicativos de “Competências, Campos de Experiências / Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento”, que articulam a organização

advinda da BNCC- Base Nacional Comum Curricular, o município de Balneário Camboriú, ao desenvolver sua Proposta Curricular (Balneário Camboriú, 2021), fez a escolha, para a Educação Infantil, dos princípios, campos de experiência e direitos das crianças, e não, portanto, das competências e dos objetivos de aprendizagem:

De acordo com estas referências, torna-se possível inferir que o planejamento das ações relativas aos cuidados educacionais deve partir dos referidos princípios, direitos de aprendizagem e campos de experiência, de modo que os objetivos de aprendizagem devam servir de 'balizadores' no processo de avaliação do trabalho. *Ou seja, não é deles que o planejamento deve ser estruturado, já que os conteúdos indicados é que trazem as principais referências para a estruturação das propostas e práticas pedagógicas na Educação Infantil.* (Balneário Camboriú, 2021, p.132, grifo nosso)

Desta forma, indica-se alterar os quadros para o que descreve os "Direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil".

E por último, indica-se Incluir nas **Referências** (p.23), o DECRETO Nº 11.656, DE 08 DE ABRIL DE 2024, que dispõe sobre a implantação da Política Pública Municipal da Escola com Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Pública Regular Municipal de Ensino de Balneário Camboriú, e foi utilizado também no corpo deste documento.

1- DO ENSINO FUNDAMENTAL

Indicações:

Caderno de Orientações Pedagógicas para o Ensino Fundamental I - Escola em Tempo Integral (p.1 e 3) Sugere-se, assim como indicado à educação infantil, alterar em todo o documento o termo "escola em tempo integral" para escola integral em tempo integral, em conformidade com as documentações sobre o tema, que veem a formação do sujeito integral.

1 - IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL (p.4) - Indica-se alterar o termo "modalidade de ensino" para proposta; e incluir, como mencionado no caderno da educação infantil, o DECRETO Nº 11.656, de 08 de abril de 2024, que dispõe sobre a implantação da Política Pública Municipal da Escola com Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Pública Regular Municipal de Ensino de Balneário Camboriú, e a meta do PME de Balneário Camboriú (2015) relativa às matrículas em tempo integral.

3.1- A Matriz Curricular (p. 6)

O Quadro 1, que compõe a Matriz Curricular para o Ensino Fundamental em Tempo Integral – anos iniciais, indica como “parte obrigatória” 25h de componentes curriculares e outras 20h de “parte diversificada”, compondo 45h/aula de carga horária semanal para as crianças dos anos iniciais. Nas demais 5h/aula no período da “parte diversificada”, as crianças estarão com qual(is) profissional(s), em que atividade(s)?

Compreendendo as crianças dos anos iniciais como integrantes deste período de formação - a infância, onde estaria o tempo destinado à brincadeira, ao uso do parque (se houver)? Que outros espaços para além das salas de aula serão utilizados para a parte diversificada, para que a criança não permaneça por 10h/aula diárias “emparedada”? Como será destinado o tempo após o almoço e anterior à primeira aula do período vespertino? Que “atividade(s)” e espaço(s) serão destinados à criança?

Sugere-se: Para o Componente Curricular “Arte em Movimento” incluir 6h/aula semanais, sendo 02 DE ARTE, 02 DE MOVIMENTO e 02 ATIVIDADE LÚDICA. Desse modo, arte e movimento desenvolvem projetos em parceria e atividade lúdica, disponibiliza tempo e espaço para o brincar, considerando o faz de conta do 1º ao 3º anos e o brincar de roda, brincar para se divertir sem competir com 4º e 5º anos.

Quadro 1: Matriz Curricular para o Ensino Fundamental em Tempo Integral – anos iniciais (p.6)

O componente da parte diversificada - Indicado neste quadro como “Arte em movimento”(p.7), no Item 3.2.6 é indicado como ‘Música e Arte em Movimento’ (p. 13), e logo abaixo na mesma página (p.13), aparece no documento como “Leitura, Arte e Movimento (Título do Quadro 6). Já no quadro 8, quanto ao perfil dos profissionais docentes, o componente volta a ser “Arte em movimento” trazendo como possibilidade a contratação do profissional Pedagogo, de Arte, Edu. física e Letras. Indica-se tornar padrão a nomenclatura que será utilizada para tal componente em todo o documento. Importante registrar que o Quadro de Competências gerais e habilidades (p.13) não aborda nada referente à arte e ao movimento (Indica-se incluir).

Sobre a matriz curricular- parte obrigatória

Quadro 1: Matriz Curricular para o Ensino Fundamental em Tempo Integral – anos iniciais

Parte Obrigatória						
Área de Conhecimento	Componentes Curriculares	Turmas				
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
		Carga horária semanal				
Linguagens	Sistema da Linguagem Escrita e Oral	6				
	Língua Portuguesa e Práticas da Oralidade e Escrita		6			
	Língua Portuguesa			6	6	6
	Educação Física	3	3	3	3	3
	Arte	3	3	3	3	3
Matemática	Matemática	6	6	6	6	6
Ciências da Natureza	Ciências	3	3	3	3	3
Ciências Humanas	Geografia	2	2	2	2	2
	História	2	2	2	2	2
Total		25	25	25	25	25

O quadro está indicando uma alteração no número de aulas, com divergência nos componentes curriculares: Matemática (de 5 para 6h/aula semanais), Arte (2 para 3h/aula semanais e Ciências Humanas (de 5 para 4h/aula semanais).

Ensino Religioso não aparece no Quadro da parte obrigatória - Qual o motivo? A BNCC registra: “Estabelecido como componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental” (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/a-area-de-ensino-religioso>). A

proposta Curricular de Balneário Camboriú (2021, p.319) também considera o Ensino Religioso como componente curricular. Indica-se reorganizar o Quadro e considerar o número já existente de horas/aula na parte obrigatória visto a necessidade de contratação de mais profissionais caso o número de aulas de um (ou mais componentes curriculares) seja alterado.

3.2- Organização do Trabalho Pedagógico na Escola em Tempo Integral (p.15)

Indica-se, incluir, no primeiro parágrafo, a respeito das documentações que norteiam o trabalho pedagógico no ensino fundamental da rede municipal de Balneário Camboriú, a proposta Curricular (Balneário Camboriú, 2021). “[...] o acompanhamento das novas Resoluções, Instruções Normativas e Matriz Curricular, além da Proposta Curricular municipal de Balneário Camboriú

(Balneário Camboriú, 2021) e da BNCC (Brasil, 2017) que ora regem o trabalho pedagógico nas escolas[...]”.

Onde lê-se: “A organização do trabalho pedagógico será fundamentada na proposta pedagógica da escola, em conformidade com o Plano Municipal de Educação”. - O trabalho pedagógico não pode ser organizado a partir das metas do PME, e sim a Proposta Curricular do município estar convergindo no sentido de contribuir para o alcance das metas que dizem respeito ao trabalho pedagógico, compreendendo-se que para o alcance de outras, diversas medidas e políticas públicas municipais terão de ser criadas/efetivadas. Ou seja, não há como garantir o cumprimento de metas do Plano Municipal de Educação indicando tal documento como organizador do trabalho pedagógico. Indica-se alterar ou elucidar tal afirmação.

Quadro 8: Perfil dos profissionais docentes (p.17)

Sobre - Língua espanhola - Há a indicação deste profissional no Edital de processo seletivo para contratação?

Sobre - Tecendo cidadania - Sendo este um projeto interdisciplinar, e tal especificidade ser tão abrangente, por que não abrir-se a possibilidade para qualquer licenciatura, possibilitando ao profissional de Língua Portuguesa ou Matemática também?

Sobre - Estudo Orientado - não consta a formação para o profissional responsável para este componente.

4.2- Monitoramento e Acompanhamento (p.18)

Foram registrados apenas a função da gestão escolar e coordenação pedagógica. Indica-se incluir o papel da secretaria de educação no acompanhamento e garantia da qualidade do Programa escola em tempo integral.

Sugere-se adequar os horários de entrada e saída dos alunos da escola integral em tempo integral aos alunos da escola regular (das 8h às 17h) para facilitar a logística organizacional da unidade de ensino, bem como da contratação dos professores.

Revisão ortográfica: (p.11) 3.2.3 – Língua Estrangeira Moderna Espanhol e Inglês

A introdução do ensino de línguas estrangeiras nas **séries** iniciais - alterar para **anos**;

(P. 17) Quadro 8: Perfil dos profissionais docentes

Língua **Espanhol** - alterar para **Espanhola**

Sobre relações étnico-raciais - Educação Infantil e Ensino Fundamental

O parecer abaixo se concentra em fragilidades acerca das relações étnico-raciais, para isto precisamos partir da existência da Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", mesmo a cidade de Balneário Camboriú possuindo uma comunidade quilombola, certificada e reconhecida perante a lei, não reconhece suas raízes de povos afrodescendentes e pela falta de políticas públicas educacionais para a diminuição das desigualdades raciais, perdendo inclusive verbas.

Por sua vez a Lei 12.288/2010, conhecida como o Estatuto da Igualdade Racial, no artigo 9º dispõe que "a população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, [...] adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira". Posto isto, o parecer identificou 5 fragilidades referentes às relações étnico-raciais nas orientações pedagógicas: escola em tempo integral.

- **Reconhecimento da diversidade cultural:** os documentos educacionais precisam reconhecer a existência de povos originários, ancestrais e imigrantes no intuito de reconhecer suas heranças e raízes, bem como o respeito por pessoas estrangeiras;
- **Formação continuada:** é preciso prever e prover formação continuada para os profissionais do magistério de maneira robusta e técnica para lidar com a diversidade dos discentes e promoção de um ambiente inclusivo;
- **Matriz curricular cognoscível:** a matriz deve ser clara e de fácil entendimento, deve garantir espaço curricular adequado para o ensino das relações étnico-raciais.
- **Ações Afirmativas para a Comunidade Quilombola:** O material não apresenta de maneira suficiente histórias das comunidades locais, como a do Quilombo do Morro de Boi, considerando a Lei nº 10.639/2003 criar laços com este remanescente poderá promover a aprendizagem, saberes e práticas sobre a história e cultura de Balneário Camboriú.
- **Integração com a Comunidade:** é essencial a promoção da participação ativa das famílias e das comunidades na construção do currículo, que assegure a escuta e respeito de todos os grupos étnicos, ainda que a documentação da educação infantil mencione a importância de experiências relacionadas à diversidade cultural, é primordial que essas práticas sejam incorporadas ao currículo e nas atividades escolares.

III - CONCLUSÃO E VOTO DOS RELATORES

Desta forma, sugerimos que sejam realizados os **ajustes indicados**, e as orientações sejam protocoladas novamente para análise.

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada no dia 25/02/2025, deliberou pela APROVAÇÃO deste parecer, conforme os argumentos apresentados.

Professora Dayane Regina Masselai

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Valéria Paz Arend Rosa

Wilson Vieira Filho

Sarah Moura Machado Severino

Relatores